



SECRETARIA-GERAL
DO AMBIENTE

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INTERCALAR

plano de prevenção de riscos de gestão, corrupção e infrações conexas

2024



Título

Relatório de Avaliação Intercalar
Plano de Prevenção de Riscos Gestão, Corrupção e Infrações Conexas

Direção

Secretário-Geral - Marco Rebelo
Secretário-Geral Adjunto - Joaquim Dias

Elaboração

SGQP/DAAQ - Divisão de Avaliação, Auditoria e Qualificação

Data de revisão

OUT 2024

Contactos

Rua de "O Século" n.º 63 - 2.º andar, 1200 - 433 Lisboa
Telefone: (+351) 213 231 500

Endereços eletrónicos:

sg@sgambiente.gov.pt e daaq@sgambiente.gov.pt

01 NOTA INTRODUTÓRIA

PÁG. 05

02 METODOLOGIA

PÁG. 06

03 AVALIAÇÃO DA
EXECUÇÃO DOS RISCOS COMO ELEVADOS

PÁG. 10

04 BALANÇO DOS
RESULTADOS

PÁG. 11

05 CONCLUSÃO

PÁG. 18

ANEXOS

I – ESTRUTURA DE PROCESSOS DA SGA

II – FICHAS DE RISCO ELEVADO POR MAPA DE
PROCESSO

01 – NOTA INTRODUTÓRIA

A Secretaria-Geral do Ambiente, cumprindo as recomendações do Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC), aprovou em janeiro de 2024 a quarta revisão ao seu Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, Corrupção e Infrações Conexas (PPRGIC). Assim, e em cumprimento do disposto na alínea a), do n.º 4, do artigo 6.º, do Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, procedeu-se à elaboração do relatório de monitorização e avaliação intercalar, previsto naquele diploma, relativamente às situações somente identificadas de risco elevado.

O objetivo deste exercício foi a identificação, análise e classificação dos riscos elevados, e das situações que possam expor a entidade a atos de corrupção e infrações conexas, bem como na adopção dos controlos/medidas preventivas, corretivas ou de deteção que permitam reduzir a probabilidade de ocorrência e o impacte daqueles riscos nas situações identificadas.

Da monitorização efetuada, registaram-se algumas situações de reavaliação do nível de risco, pedidos de eliminação de potenciais riscos, alterações ou integração de novas medidas de tratamento, corretivas, preventivas ou de deteção.

Por último, importa referir que este relatório de monitorização intercalar será comunicado ao Gabinete da Senhora Ministra do Ambiente e Energia, à luz do Decreto-Lei n.º 32/2024, de 10 de maio, regime de organização e funcionamento do XXIV Governo Constitucional, à Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e Ordenamento do Território, bem como ao próprio MENAC, conforme previsto Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.

01 NOTA INTRODUTÓRIA

PÁG. 05

02 METODOLOGIA

PÁG. 06

03 AVALIAÇÃO DA
EXECUÇÃO DOS RISCOS COMO ELEVADOS

PÁG. 10

04 BALANÇO DOS
RESULTADOS

PÁG. 11

05 CONCLUSÃO

PÁG. 18

ANEXOS

I – ESTRUTURA DE PROCESSOS DA SGA

II – FICHAS DE RISCO ELEVADO POR MAPA DE
PROCESSO

02 – METODOLOGIA

Para a monitorização das potenciais situações de riscos elevado foi solicitado a cada responsável/Gestor de Processo o preenchimento de uma ficha/*template* com identificação dos campos a preencher, de forma a que os Gestores pudessem avaliar e informar a Divisão de Avaliação, Auditoria e Qualificação (DAAQ) sobre a ocorrência dos riscos elevados, bem como se as diferentes medidas de tratamento/controles implementados continuam a ser eficazes. Em complemento foram realizadas reuniões de acampamento com alguns responsáveis/Gestores.

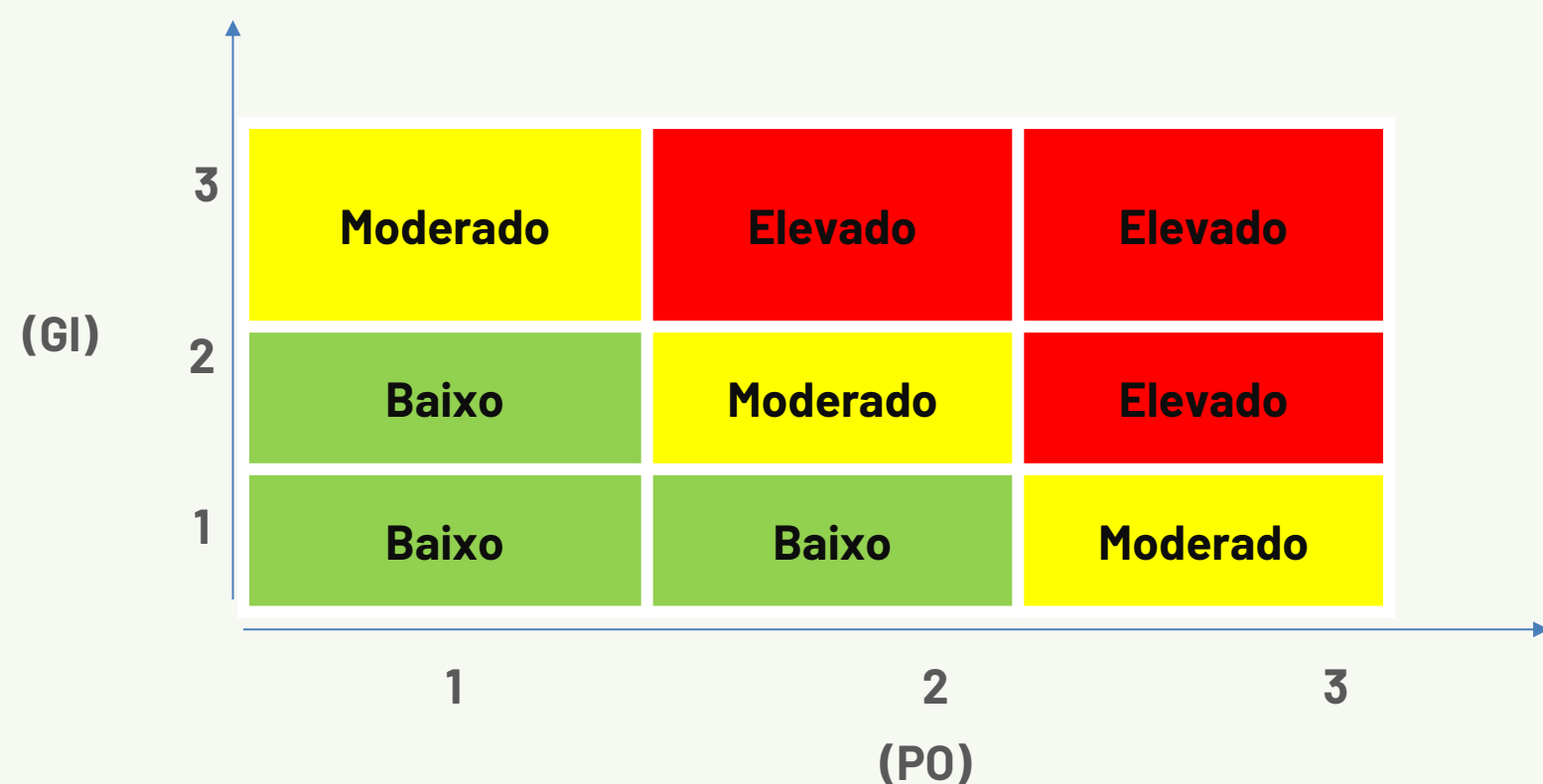
Na referida ficha endereçada a cada responsável/Gestor, os visados poderiam proceder à reavaliação do nível do risco, à identificação de novos riscos, não contemplados no plano, e as respetivas medidas de tratamento. Deste modo, o presente relatório foi elaborado a partir das fichas de monitorização preenchidas por cada responsável/Gestor, tratando os resultados agregados de forma sintetizada a nível estatístico, oferecendo deste modo uma perspetiva global do contexto de atuação da SGA e dos seus riscos, de gestão, corrupção e infrações conexas.

Por último, e para efeitos deste relatório, os riscos transversais e respetivas medidas de tratamento foram considerados e contabilizados em cada Processo, nos casos que se verificam.

02 – METODOLOGIA | MATRIZ DE RISCO

A SGA adota uma escala de três níveis de risco em função da probabilidade de ocorrência e gravidade da potencial situação de risco. As figuras seguintes definem a Matriz de Riscos, estabelecendo os diferentes níveis de risco para todas as combinações possíveis, nas escalas de ordem usadas, do grau de impacto da consequência e do grau de possibilidade de ocorrência do evento ou das condições potenciais de risco.

MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE RISCO



Probabilidade de ocorrência (PO)

1 - Baixa	2 - Média	3 - Elevada
<i>Possibilidade de ocorrência mas com hipóteses de mitigar o evento com o controlo existente para o tratar</i>	<i>Possibilidade de ocorrência mas com hipóteses de mitigar o evento através de decisões e ações adicionais</i>	<i>Forte possibilidade de ocorrência e escassez de hipóteses de mitigar o evento mesmo com decisões e ações adicionais essenciais</i>

Grau de impacto (GI)

1 - Baixo	2 - Médio	3 - Elevado
<i>Dano na otimização do desempenho organizacional, exigindo nova calendarização das atividades/projetos</i>	<i>Perda na gestão das operações, requerendo a redistribuição de recursos em tempo e em custos</i>	<i>Prejuízo na imagem e reputação de integridade institucional, bem como na eficácia e desempenho da sua missão</i>

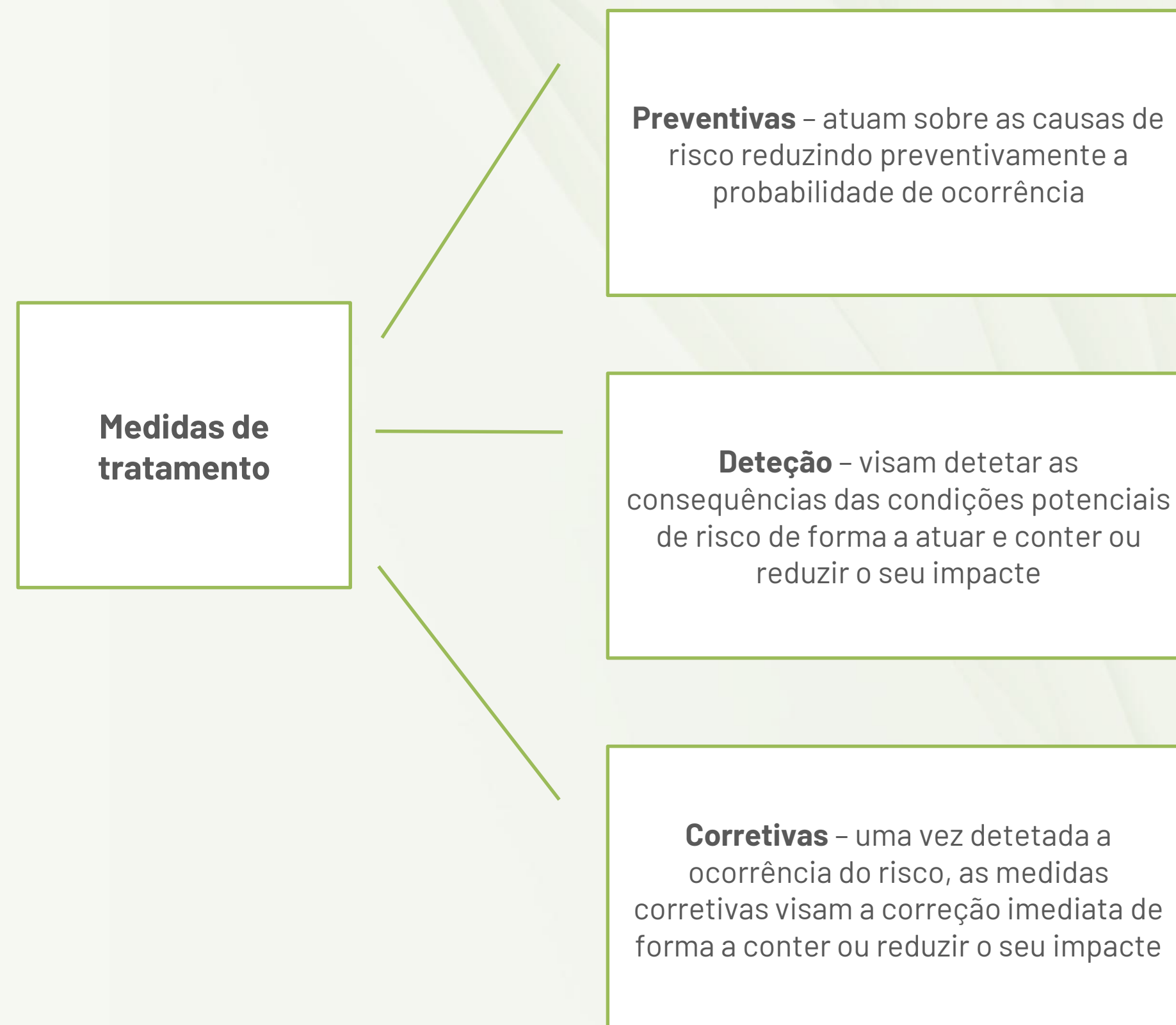
02 – METODOLOGIA | MEDIDAS DE TRATAMENTO

O tratamento do risco é um processo que visa prevenir ou mitigar a ocorrência de potenciais situações de risco, adotando, medidas de prevenção, de detecção ou de correção.

São opções gerais de tratamento de risco as seguintes:

- Evitar o risco através da eliminação das causas do risco;
- Adotar medidas que aproveitem a oportunidade;
- Mitigar o risco através de medidas que permitam reduzir a possibilidade de ocorrência do evento potencial;
- Mitigar o risco através de medidas que permitam reduzir a gravidade do impacto da ocorrência do evento potencial;
- Mitigar o risco através de formas de partilha do risco;
- Aceitar o risco mediante decisão informada.

As medidas de tratamento neste PGR têm três tipologias, preventivas, detecção e corretivas conforme descrito na seguinte imagem. Os diferentes tipos de medidas de tratamento referidos devem ser desenhadas para que funcionem de forma coerente na mitigação e ou eliminação do risco.



02 – METODOLOGIA | INTERPRETAÇÃO DOS MAPAS DE RISCO

Os Mapas de Riscos (em anexo ao presente relatório de avaliação intercalar e parte integrante do mesmo) apresentam os resultados organizados por cada processo com responsabilidade e controlo direto sobre as atividades onde podem ocorrer riscos elevados. Têm previstas as respetivas medidas de tratamento (preventivas, de deteção ou de correção). Agregados aos mesmos mapas foram, também, identificados os riscos transversais a todos os Processos, assim como as medidas de tratamento implementadas ou a implementar, conforme indicado por cada responsável/Gestor de Processo. Cada um destes mapas inclui os seguintes campos a que se associa o respetivo descritivo infra identificado.

Campos	Descritivo
Mapa do Processo/Atividade	Processo de trabalho ou atividade onde ocorre o evento ou condições potenciais de risco.
Origem	A origem traduz-se na “fonte de risco”, ou seja, é o elemento que pode dar origem aos riscos.
Risco	Circunstâncias contingentes, que podem ter várias causas e várias consequências, suscetíveis de criar incerteza na consecução de objetivos.
Possibilidade de Ocorrência	A possibilidade de ocorrência de um evento ou das condições potenciais de risco é efetuada por aferição qualitativa traduzida numa escala de ordem crescente, em números inteiros, de 1 (mínimo) a 3 (máximo).
Grau de Impacte	O impacte das consequências é analisado quanto ao seu grau por aferição qualitativa vertida numa escala de ordem crescente, em números inteiros, de 1 (mínimo) a 3 (máximo).
Tipo do Risco	RG – Risco de Gestão (estratégico ou operacional) RC – Risco de Corrupção (incluindo as infrações conexas)
Nível de Risco	O nível de risco resulta da combinação do seu grau de possibilidade de ocorrência com o mais elevado grau de impacte das suas consequências, conforme a Matriz de Risco adotada. Os níveis de risco previstos são: Baixo, Moderado e Elevado
Medida de tratamento	Medidas internas para combater preventivamente (MP) ou para correção (MC), bem como de deteção (MD).

01 NOTA INTRODUTÓRIA

PÁG. 05

02 METODOLOGIA

PÁG. 06

03 AVALIAÇÃO DA

EXECUÇÃO DOS RISCOS COMO ELEVADOS

PÁG. 10

04 BALANÇO DOS

RESULTADOS

PÁG. 11

05 CONCLUSÃO

PÁG. 18

ANEXOS

I – ESTRUTURA DE PROCESSOS DA SGA

II – FICHAS DE RISCO ELEVADO POR MAPA DE
PROCESSO

03 – AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS RISCOS IDENTIFICADOS COMO ELEVADOS

A tabela 1 sintetiza os resultados obtidos na monitorização intercalar, cujo balanço será desenvolvido nos pontos seguintes, assim como a avaliação executada em cada Processo.

Nesta monitorização, não foram identificados novos riscos. No entanto, alguns gestores procederam a alterações ao seu plano de riscos, nomeadamente no que concerne a medidas de tratamento e a nova avaliação do nível do risco.

Num total de doze mapas de processo com identificação de riscos elevados, obtiveram-se nove respostas ao pedido de monitorização.

		P 01 GPE	P 02 GC	P 03 GJ	P 04 GSRH	P 05 GAI	P 06 GFO	P 08 GEPE	P 10 GAAQ	P 11 GFA	P 12 GRPC	P 13 GSI	P 15 GQRP	Total
N.º de Riscos identificados de Nível Elevado		1	5	2	1	5	1	2	2	1	3	1	6	30
N.º Medidas tratamento propostas		2	14	6	1	11	2	5	4	2	8	3	13	71
Implementação das Medidas propostas	Implementadas	2	14	6	s.d	11	1	5	3	s.d	s.d	3	12	57
	Não implementadas	0	0	0	s.d	0	1	0	1	s.d	s.d	0	0	2
Eficácia das medidas adotadas	Sim	0	7	4	s.d	11	0	3	3	s.d	s.d	2	11	41
	Não	1	3	0	s.d	0	1	0	0	s.d	s.d	0	0	5
	Inconclusivo	1	2	0	s.d	0	1	2	0	s.d	s.d	1	1	8
	s/avaliação	0	0	2	s.d	0	0	0	1	s.d	s.d	0	0	3
Ocorrência dos eventos	Sim	0	2	0	s.d	2	s.d	0	0	s.d	s.d	0	0	4
	Não	1	3	2	s.d	3	s.d	2	2	s.d	s.d	1	5	19
Reavaliação dos riscos	Reavaliados	0	0	2	s.d	3	0	0	2	s.d	s.d	0	3	10
	Não reavaliados	1	5	0	s.d	2	1	2	0	s.d	s.d	1	2	14

Tabela 1 – Avaliação da Monitorização Intercalar

01 NOTA INTRODUTÓRIA

PÁG. 05

02 METODOLOGIA

PÁG. 06

03 AVALIAÇÃO DA
EXECUÇÃO DOS RISCOS COMO ELEVADOS

PÁG. 10

04 BALANÇO DOS
RESULTADOS

PÁG. 11

05 CONCLUSÃO

PÁG. 18

ANEXOS

I – ESTRUTURA DE PROCESSOS DA SGA

II – FICHAS DE RISCO ELEVADO POR MAPA DE
PROCESSO

04 – BALANÇO DOS RESULTADOS | RISCOS

No Plano de Riscos foram identificados um total de 30 riscos de nível elevado, distribuídos por doze Processos, registando-se a ocorrência de 4 riscos, conforme gráfico 01.

A justificação dada prende-se por fatores externos, nomeadamente atraso nas respostas de outras entidades, que impactam com o risco identificado, noutras situações foram propostas novas medidas de tratamento por forma a evitar a ocorrência do risco, nomeadamente o desenvolvimento de formação a gestores de contrato.

Os resultados obtidos na monitorização permitem inferir que as medidas de tratamento adotadas pelos gestores do risco são eficazes, contribuindo para a sua mitigação e em alguns casos permitiu a sua reavaliação para um nível inferior, como referido no gráfico 02.

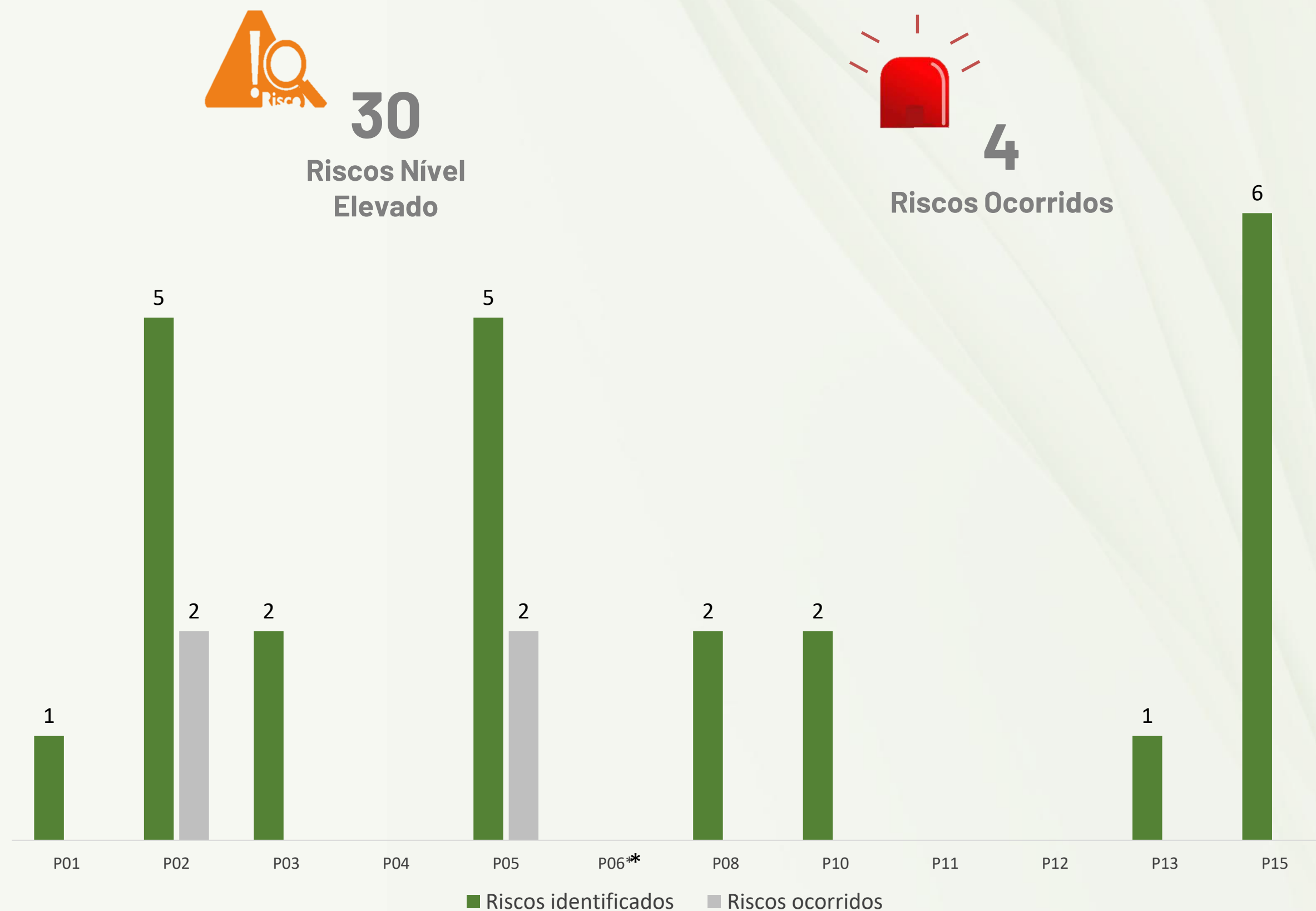


Gráfico 01 - Riscos identificados vs Riscos Ocorridos por Processo

04 – BALANÇO DOS RESULTADOS | REAVALIAÇÃO

No processo de monitorização, os gestores puderam proceder à reavaliação da possibilidade de ocorrência dos riscos, assim como analisar o impacto dos mesmos. Deste modo, quatro gestores decidiram proceder a essa reavaliação, diminuindo o nível de risco.

A justificação apresentada para a diminuição do nível de risco, foi precisamente a implementação e a eficácia das medidas de tratamento adotadas, que apesar do risco se manter, já é possível uma maior antecipação e ação sobre o mesmo, caso este venha a ocorrer. Assim, o novo universo de riscos de nível elevado pode ser observado na distribuição do gráfico lateral.

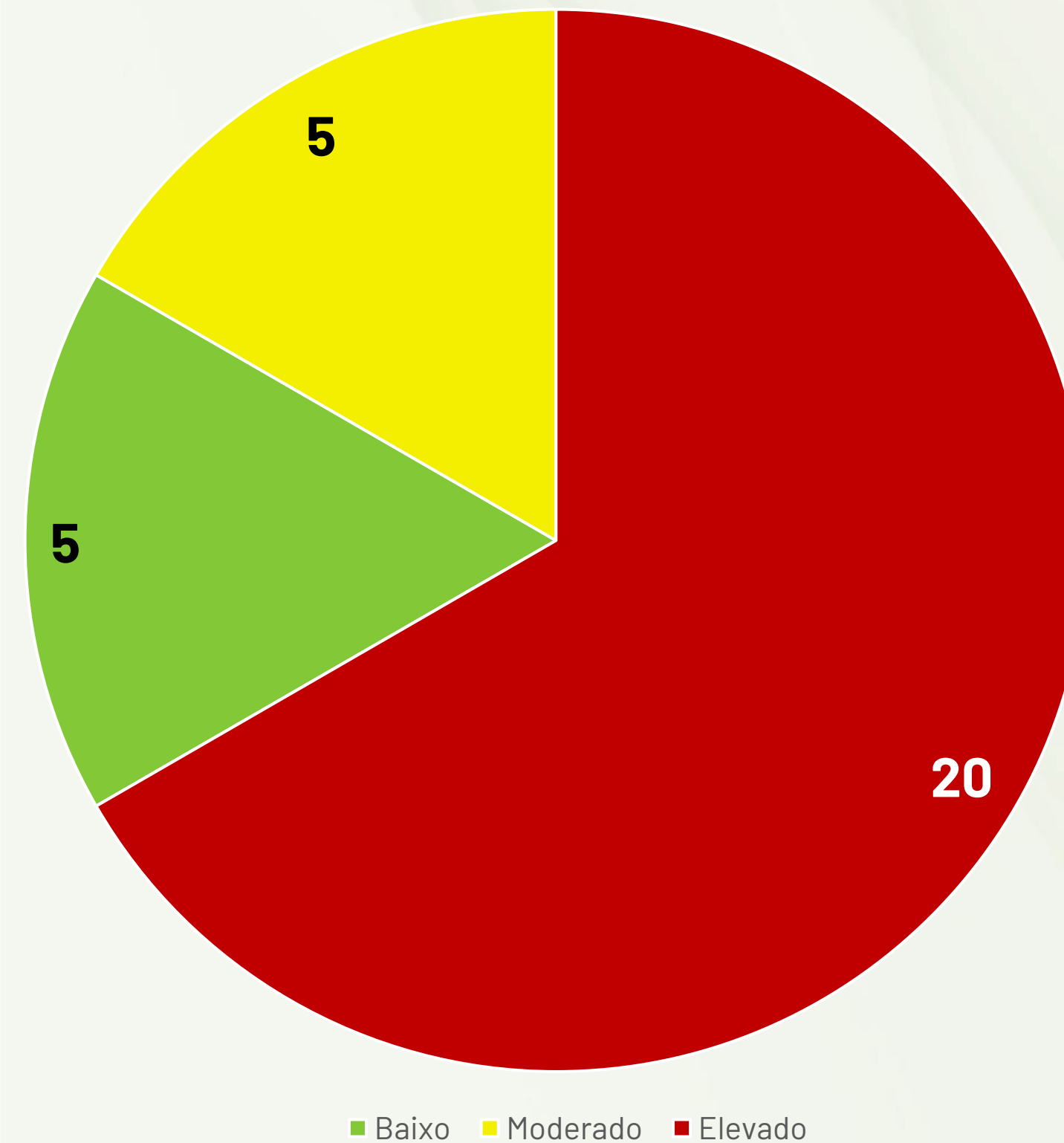


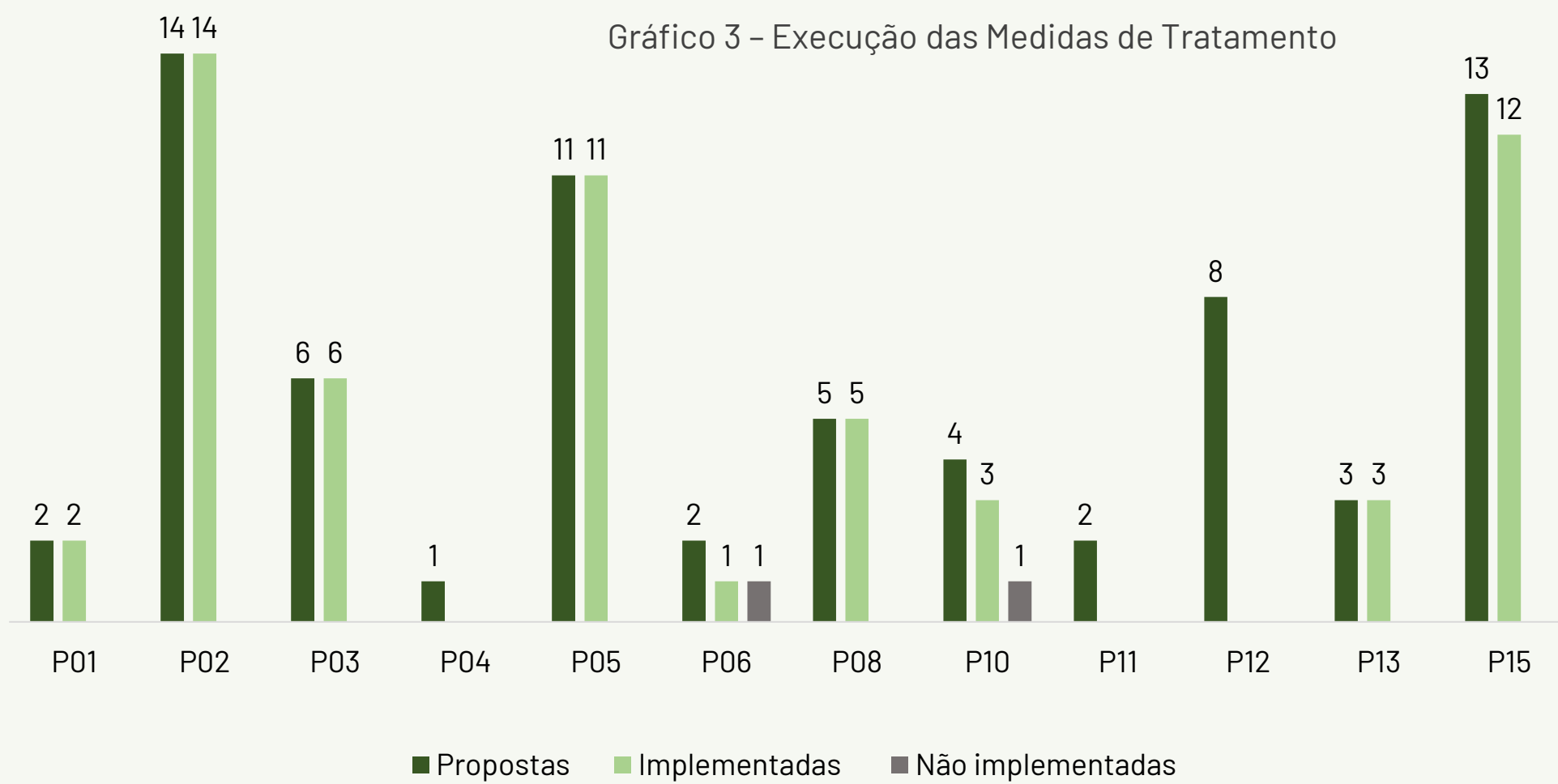
Gráfico 02 - Distribuição dos riscos (nível de risco) após reavaliação

04 – BALANÇO DOS RESULTADOS | MEDIDAS DE TRATAMENTO

Considerando os riscos de nível elevado registados no plano, publicado na [página eletrónica da Secretaria-Geral](#), foram propostas 71 medidas/controlos de tratamento, das quais, 57 foram implementadas, duas não foram implementadas e 12 não foram monitorizadas, conforma gráfico 3.

Salienta-se que dois responsáveis/Gestores, após análise às medidas de tratamento, acrescentaram novas medidas consideradas adequadas à situação de risco potencial.

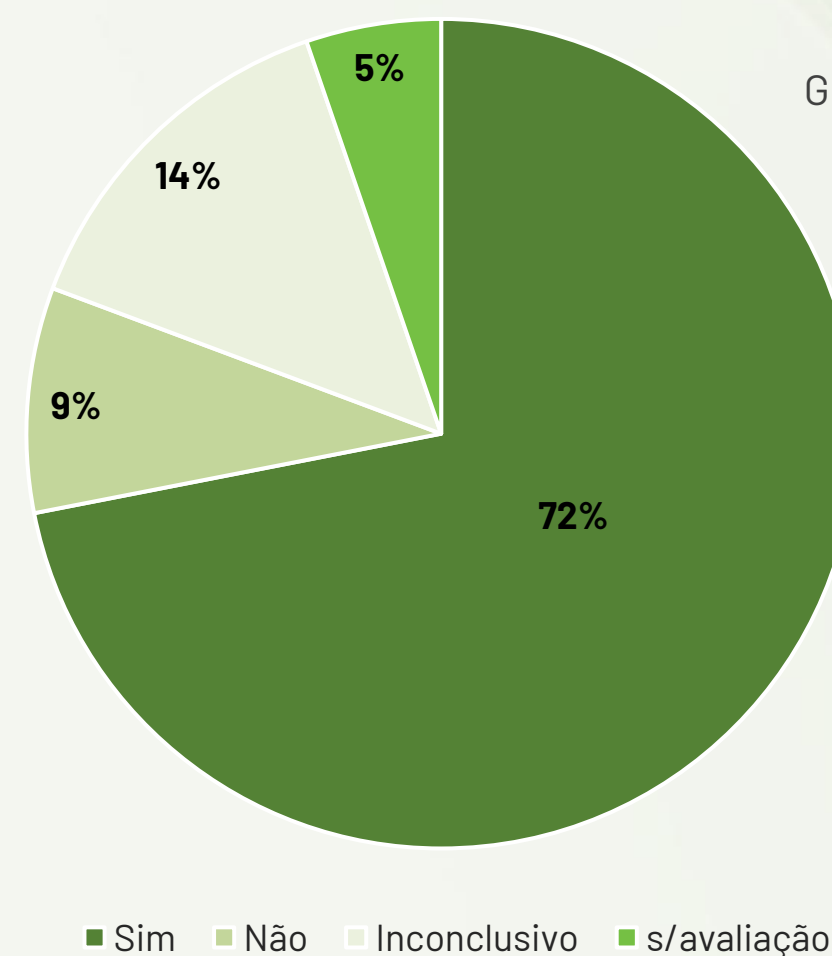
Gráfico 3 – Execução das Medidas de Tratamento



Relativamente à eficácia das medidas de tratamento implementadas, verifica-se que em função das respostas rececionadas pelos responsáveis/Gestores, conforme plasmado no gráfico 4, a maioria das medidas foram eficazes, face ao tratamento/mitigação do risco existente. Verificando-se, também, que 14% das medidas foram consideradas inconclusivas pelos responsáveis/Gestores.

Sobre as medidas que se revelaram não eficazes, importa referir que um dos responsáveis/Gestores propôs novas medidas de tratamento, por forma que seja possível mitigar o risco.

Gráfico 4 – Avaliação da Eficácia das Medidas de Tratamento



04 – BALANÇO DOS RESULTADOS | AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO POR PROCESSO

P 01 – Gestão do Planeamento Estratégico (GPE)

Neste Processo foi identificado um risco de nível elevado e foram definidas duas medidas para o seu tratamento. Ambas foram implementadas, sendo que uma não foi possível aferir a sua eficácia. Segundo o reporte efetuado, o risco identificado não ocorreu nem foi reavaliado o seu nível.

P 02 – Gestão das Compras (GC)

A GC identificou seis riscos de nível elevado e definiu dezassete medidas para o seu tratamento. Destas, catorze foram implementadas e quatro foram retiradas do plano pelo facto da sua implementação não depender da atividade desenvolvida nesta Processo, conforme tabela infra.

Tabela 2 – Medidas não implementadas pela GC

Atividade	Risco	Medidas Propostas	Motivos da não implementação
Atividade transversal comunicação	Deficiente comunicação interna	Plano de comunicação	A implementação não depende desta unidade orgânica
		Intranet	
		Melhoramento do SGD	

Das medidas implementadas duas foram inconclusivas e três avaliadas como não eficazes. Foi ainda solicitado a integração de três novas medidas de tratamento, conforme tabela infra. Segundo o reporte efetuado, dos seis riscos identificados, dois ocorreram e um foi retirado, na sequência da eliminação das medidas de tratamento, conforme referido.

Não houve lugar à reavaliação de nenhum nível de risco.

Tabela 3 – Novas Medidas de tratamento GC

Atividade	Risco	Novas Medidas Propostas
Avaliação das necessidades e planeamento da contratação	Ausência de planeamento e priorização das compras	Criar a obrigatoriedade de planeamento por parte das entidades e agregação de necessidades
Atividades transversais prazos e execução de contratos públicos	Incumprimento de prazos legais /estabelecidos com as partes interessadas	Maior sensibilização e responsabilização dos Gestores dos contratos
	Ausência de monitorização da execução dos contratos	Formações sobre a responsabilidade dos gestores dos contratos

04 – BALANÇO DOS RESULTADOS | AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO POR PROCESSO

P 03 - Gestão Jurídica (GJ)

No âmbito deste Processo foram identificados cinco riscos de nível elevado e foram definidas seis medidas para o seu tratamento. Dasquelas, cinco foram implementadas e duas não foram implementadas pelos motivos que se apresentam na tabela infra. Segundo o reporte efetuado, nenhum dos riscos identificados ocorreram. A responsável/Gestora reavaliou o nível de risco, tendo ambos os riscos passado a nível baixo. Foi justificado pela responsável/Gestora a descida do nível de risco, referindo que *“Os antecedentes demonstraram que a possibilidade de ocorrência é muito baixa”*.

Tabela 4 – Medidas não implementadas pela GJ

Atividade	Risco	Medidas Propostas	Motivos da não implementação
Representação da área Governativa junto dos Tribunais Nacionais e Europeu e Prestação de assessoria jurídica membros do Governo e SG ou aos serviços das PCS	Entrega das peças processuais, relatórios, pareceres/informações fora de prazo	Envio da peça processual nos três dias seguintes ao termo do prazo com pagamento de multa.	Não foi necessário implementar qualquer medida corretiva
	Elaboração de peças processuais com omissão de aspetos essenciais ou com erros relativos a matéria de facto ou de direito	Correção da peça processual nos três dias seguintes ao termo do prazo com pagamento de multa.	

P 05 - Gestão dos Assuntos Internacionais (GAI)

Neste Processo foram identificados cinco riscos de nível elevado e foram definidas onze medidas para o seu tratamento. Todas as medidas foram implementadas e consideradas eficazes. Relativamente aos riscos identificados, dois destes ocorreram. Foi solicitada a integração de novas medidas de tratamento, conforme tabela infra. A responsável/Gestora reavaliou o nível de risco, tendo um passado a nível baixo e outro a nível moderado. A justificação para a descida do nível de risco, ficou a dever-se, de acordo com a Gestora, que *“A implementação das medidas garantiu maior previsibilidade”* e *“O planeamento contínuo permite evitar falhas nas respostas às solicitações”*.

Tabela 5 – Novas Medidas de tratamento GAI

Atividade	Risco	Novas Medidas Propostas
Preparação de deslocação internacional de membros do governo	Falhas no assegurar da logística associada	Contacto permanente com os Gabinetes Ministeriais
	Incerteza na gestão do calendário internacional	Envio mensal da agenda ministerial atualizada
		Contacto permanente com os Gabinetes Ministeriais e a organização dos eventos

04 – BALANÇO DOS RESULTADOS | AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO POR PROCESSO

P 06 – Gestão Financeira e Orçamental (GFO)

A GFO identificou um risco elevado e duas medidas de tratamento, as quais uma não foi implementada, conforme tabela infra, e outra foi implementada, tendo sido a sua avaliação da eficácia inconclusiva. No reporte efetuado não foi referido se o risco ocorreu. Não houve lugar à reavaliação do risco elevado.

Tabela 6 – Medida não implementada pela GFO

Atividade	Risco	Medidas Propostas	Motivos da não implementação
Riscos transversais ao Mapa do Processo	Excesso de solicitações não programadas ou urgentes	Priorização da resposta aos pedidos	A área financeira funciona com prazos pré definidos que têm de ser cumpridos, deixando pouca margem para que se consiga responder no prazo desejado, às solicitações não programadas e consideradas urgentes pelas outras entidades.

P 08 – Gestão da Estratégia, Planeamento e Estatística (GEPE)

A GEPE identificou dois riscos de nível elevado e definiu cinco medidas para o seu tratamento, tendo sido todas implementadas. Relativamente à avaliação da eficácia das cinco medidas, três foram eficazes e duas inconclusivas. Segundo o reporte efetuado, nenhum dos riscos identificados ocorreram, nem houve reavaliação do nível de risco.

P 10 – Gestão da Avaliação, Auditoria e Qualificação (GAAQ)

A GAAQ identificou dois riscos de nível elevado e definiu cinco medidas para o seu tratamento. Destas, cinco medidas, uma não foi implementada pelo motivo que se apresenta na tabela infra. A GAAQ reavaliou o nível de risco, tendo um passado a nível baixo e outro a nível moderado. A GAAQ justificou a descida do nível de risco, referindo que “processo estabilizado e previsto anualmente na fase de planeamento da atividade” e “considerando as medidas implementadas e a existência de uma política de segurança de informação a possibilidade de ocorrência diminuiu”.

Tabela 7 – Medidas não implementadas pela GAAQ

Atividade	Risco	Medidas Propostas	Motivos da não implementação
Auditorias	Incumprimento do Programa Anual de Auditorias	Ajuste do programa de auditoria	Não foi necessário proceder ao ajuste do programa, uma vez que foram realizadas as duas auditorias programadas, ao SGQ da SGA, uma interna e outra de acompanhamento à certificação.

04 – BALANÇO DOS RESULTADOS | AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO POR PROCESSO

P 13 – Gestão dos Sistemas de Informação (GSI)

A GSI identificou um risco de nível elevado e definiu três medidas para o seu tratamento. Destas, três medidas todas foram implementadas e avaliadas com eficácia à exceção de uma que foi inconclusiva.

Segundo o reporte efetuado, o risco identificado não ocorreu, nem houve reavaliação do seu nível.

P 15 – Gestão da Qualidade, Risco e das Pessoas (GQRP)

A GQRP identificou cinco riscos de nível elevado e definiu dezassete medidas para o seu tratamento. Destas, doze foram implementadas e cinco solicitado a sua retirada, pelo facto da sua implementação não depender desta unidade orgânica, conforme tabela lateral.

Segundo o reporte efetuado, nenhum dos riscos identificados ocorreram. A GQRP reavaliou o nível de risco de cinco riscos considerados elevados do MP e de um risco transversal, todos eles para o nível moderado. A GQRP justificou a descida do nível de risco, referindo que “Considerando as medidas implementadas e a sua eficácia, a possibilidade de ocorrência diminuiu” e “Dado os fluxos estarem bem definidos a ocorrência do risco é baixo”.

Tabela 8 – Medidas não implementadas pela GQRP

Atividade	Risco	Medidas Propostas	Motivos da não implementação
Exercício das competências da UO	Perda de informação essencial	Politica de Backups	A competência e atribuição sobre a operacionalização desta medida preventiva organizacional não é da responsabilidade da DAAQ.
	Acesso indevido a dados	Plano de segurança da informação (politica de acesso, politica de passwords)	
		Divulgação de boas práticas sobre segurança	
		Alteração imediata de passwords	
Perda de conhecimento organizacional	Criação de Intranet		

01 NOTA INTRODUTÓRIA

PÁG. 05

02 METODOLOGIA

PÁG. 06

03 AVALIAÇÃO DA

EXECUÇÃO DOS RISCOS COMO ELEVADOS

PÁG. 10

04 BALANÇO DOS

RESULTADOS

PÁG. 11

05 CONCLUSÃO

PÁG. 18

ANEXOS

I – ESTRUTURA DE PROCESSOS DA SGA

II – FICHAS DE RISCO ELEVADO POR MAPA DE
PROCESSO

05 – CONCLUSÃO

O presente relatório de monitorização intercalar teve como objetivo avaliar os riscos elevados que integram o Plano de Gestão de Riscos na Secretaria-Geral do Ambiente. Sendo o PPR um instrumento de prevenção de ocorrência de infrações, é crucial a sua monitorização, permitindo o controle da ocorrência de riscos, na implementação das medidas de tratamento, criando a oportunidade para as repensar e contribuindo desta forma para melhorar o PPR o qual deve ser um instrumento de gestão dinâmico e flexível. Como referido ao longo do relatório intercalar, a maior parte das medidas implementadas revelaram-se eficazes (72%), através dos responsáveis/Gestores, o que reflete uma boa interligação entre os riscos identificados e as medidas de tratamento a eles associadas.

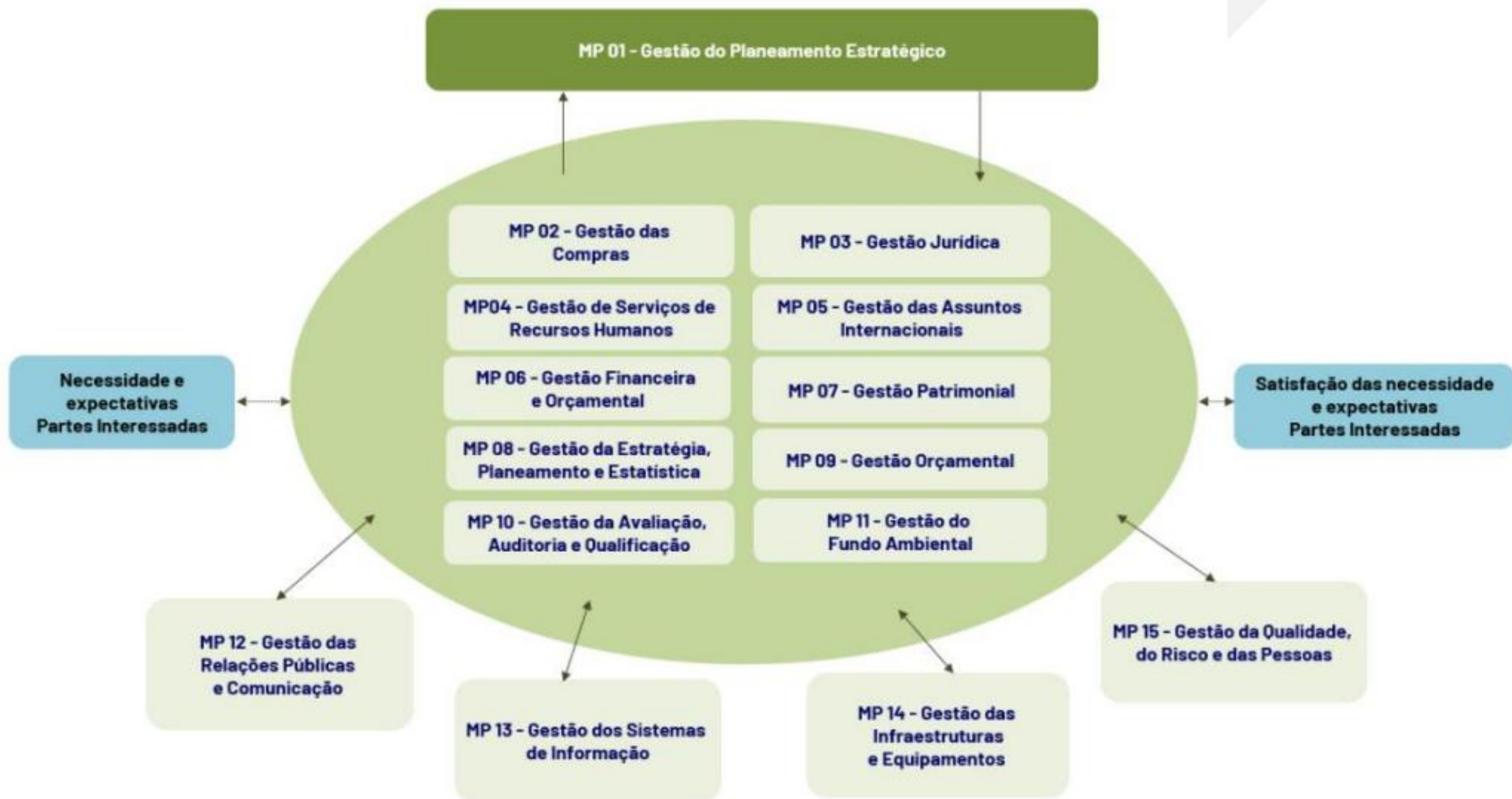
Outro aspeto que importa salientar, foi a descida do nível de risco de alguns processos, associado às medidas de tratamento implementadas, que contribuíram para uma menor probabilidade de ocorrência, baixando o grau de riscos para baixo ou moderado, evidenciando uma maior maturidade do sistema. Para além disso, alguns dos responsáveis/Gestores ao monitorizarem os riscos registados em cada processo, definiram novas medidas de tratamento, revelando envolvimento e conhecimento da atividade desenvolvida e contribuindo para torna-la cada vez mais eficaz no que concerne à prevenção de eventuais situações de risco de gestão, corrupção e de infracções conexas. Face aos resultados apresentados nesta monitorização intercalar, existe a necessidade de revisão do PPR, a qual será efetuada após monitorização anual.

A informação obtida, após este exercício, oferece informações cruciais sobre o estado de implementação das medidas de tratamento, evidenciando o compromisso da SGA em promover uma gestão pública mais transparente, íntegra e resiliente.



Anexo I

ESTRUTURA DE PROCESSOS DA SECRETARIA GERAL DO AMBIENTE



Anexo II

FICHAS DE RISCO ELEVADO POR MAPA DE PROCESSO

PROCESSO: **MP 02 - Gestão de Compras**

MONITORIZAÇÃO DA MATRIZ DE RISCO

REVALIAÇÃO

A TIVIDADE	CABEÇAS	RISCO	CONSEQUÊNCIAS	TIPO DE RISCO	NÍVEL DE RISCO	MEASURAS DE TRATAMENTO	Justificação para a não implementação.	Data de previsão da sua plena implementação	Ocorrência do risco?	Proposta de criação /Alteração das medidas de tratamento	Reavaliar o nível de risco?	Justificação	Possibilidade de ocorrência	Grau de Impacto	Novo nível de risco			
Avaliação das necessidades e planeamento da contratação	Falta planeamento ou ausência de comunicação do mesmo por parte das entidades abrangidas pela prestação centralizada de serviços de contratação pública	Ausência de planeamento e priorização das compras	Impossibilidade de planeamento e priorização eficaz dos procedimentos de contratação	RG	Evento	NP	Programação integrada de compras (anual) - Plano de compras na área da UIC			Esta a possibilidade de planeamento por parte das entidades e agregação de necessidades que por vezes chegam dispersas (em vários pedidos distintos)								
	MP					Gestão de fila de espera dos procedimentos na plataforma PCS na área da UICP	INCORCLUSIVO	No que respeita a DCP, pese embora a definição de graus de priorização em virtude do âmbito do P.O.S e a abrangência dos procedimentos, os resultados da implementação, realizados de forma sistemática, não são sempre satisfatórios										
	HC					Articulação direta com as entidades requerentes	SM											
Enquadramento legal e documental da contratação	Calificação posterior a decisão de contratar	Desconformidade legal da despesa do procedimento	Avaliação dos documentos de natureza documental	RG, RC	Evento	MP	Comparação da classificação económica versus a classificação CPV	SM										
	MD					Check-List de verificação e validação dos elementos essenciais do procedimento	SM											
	HC					Cancelamento/Reinício do procedimento	SM											
Riscos transverais ao tipo do Processo	Acumulação de diferentes assuntos a tratar	Incumprimento de prazos legais /relacionados com as partes interessadas	Imagem negativa da SG	RG	Evento	NP	Sistema de alertas/avisos	SM	Inconclusivo									
						MP	Recordatório para resposta antes do término do prazo	SM										
	Excesso de recursos	Excesso de solicitações não programadas ou urgentes	Falhas no discurso das trabalhadores	Falta de controlo da execução material e financeira do contrato	RG	Evento	MC	Registo de não conformidades e estabelecimento de ações corretivas	SM									
							MC	Revisão dos prazos previstos nos procedimentos e prazos estabelecidos com as partes interessadas	SM									
							MC	Priorização de respostas	SM	NAO								
							MC	Negociar a extensão dos prazos estabelecidos com as partes interessadas	SM	NAO								
						MP	Diferir monitorização no caso de incumprimentos	SM										

PROCESSO: HP 05 - Gestão Jurídica

MONITORIZAÇÃO DA MATRIZ DE RISCO

REAVALIÇÃO

ATIVIDADE	CAUSAS	REDO	CONSEQUÊNCIAS	TIPO DE RISCO	NÍVEL DE RISCO	HECÍDAS DE TRATAMENTO	Medidas a ser implementadas?	A medida foi eficaz?	Justificação para não implementação.	Data de previsão de sua implementação	Correção do risco?	Proposta de criação /atenuação das medidas de tratamento	Reavaliar o nível do risco?	Justificação	Probabilidade de ocorrência	Gra de Imp	Nível de risco	
Representação da área Governativa junto aos Tribunais Nacionais e Europeu Participação de assessoria jurídica membros do Governo e SG ou assessores das PCS	Falta de recursos humanos especializados;	Entrega das peças processuais, relativos, pareceres e informações fora do prazo	Prejuízo de multa por entrega fora do prazo (até 3 dias)	RG	Elevado	HP	Execução do procedimento/mecanismo de alertas para cumprimento dos prazos por todos os juristas;	SM	elaboração de um mapa de controle dos prazos									
	Erro ou distorção das Juristas		Impossibilidade de suspensão dos prazos por parte do Ministério do Ambiente e Ação Climática			HP	Fixação de um prazo para a finalização do trabalho, anterior ao prazo judicial/administrativo (prazos);	SM	em vista de SIADE e notificação caso concreto de não cumprimento do trabalho				NÃO		SM	Os antecedentes demonstraram que a possibilidade de ocorrência é muito baixa	7	2
	Dependência de formação proveniente de entidades externas	Elaboração de peças processuais com omissão de aspectos essenciais ou com erros relativos à matéria de facto ou de direito.			MD	Obrigatoriedade de envio à Direção de Serviços/Divisão de processuais;	SM	SM	instrução interna comunicada a todos os trabalhadores dos SAJ									
	Erro ou distorção das Juristas		Pagamento de multas	RG, RC	Elevado	HC	Emissão de peças processuais trêz dias seguintes ao termo do prazo com pagamento de multa.	SM	SM	instrução interna comunicada a todos os trabalhadores dos SAJ				SM	Os antecedentes demonstraram que a possibilidade de ocorrência é muito baixa	7	2	Baixo

PROCESSO: **HP 05 - Gestão dos Assuntos Internacionais**

MONITORIZAÇÃO DA MATRIZ DE RISCO

REVALUAÇÃO

ATIVIDADE	CAUSAS	RISCO	CONSEQUÊNCIAS	TIPO DE RISCO	ÍNDICE DE RISCO	MEDIDAS DE TRATAMENTO	Medida está implementada?	Fez parte do plano?	Justificação para não implementar?	Data de revisão da sua planificação	Ocorrência do risco?	Proventos de criação / alteração das condições de tratamento	Revelar o nível crítico?	Justificação	Possibilidade de ocorrência	Gravidade Impacto	Nível atual do risco			
Pagamento de contribuições internacionais	Falta de assegurar a burocracia associada	Incerteza na gestão da atividade internacional	Possíveis contratempos durante a deslocação	RG	Crítico	Constante monitorização dos eventos associados à deslocação	SM	SM	n.a.	31/12/2024	NÃO	Contacto permanente com os Gabinetes Ministeriais da Embaixada da agenda mínima esta atualizada (breves)	NÃO	Estes riscos permanecem elevados dada a inevitabilidade da agenda	2	3	Eventos			
	Fatores externos						SM	SM	n.a.	31/12/2024	SM	Contacto permanente com os Gabinetes Ministeriais e a organização dos eventos (breves)	NÃO	Estes riscos permanecem elevados dada a inevitabilidade da agenda	2	3	Eventos			
Pagamento de contribuições internacionais	Falta de diligência documental	Incumprimento do pagamento das contribuições internacionais	Impossibilidade de exercer o direito de voto em reuniões internacionais	RG	Elevado	Priorização dos pagamentos a efetuar anualmente	SM	SM	n.a.	31/03/2024	NÃO	n.a.	SM	A implementação das medidas garantir maior previsibilidade	7	2	Eventos			
							SM	SM	n.a.	31/03/2024	SM	Reportar superavitante	n.a.							
Preparação da pauta de Conselho/Resposta a solicitações da Turquia	Envio tardio da informação necessária para a preparação da resposta em tempo útil	Informação insuficiente para a preparação da resposta em tempo útil	Acréscimo de trabalho para a preparação da resposta em tempo útil	RG	Crítico	Envio prévio de draft com informação pertinente	SM	SM	n.a.	31/12/2024			n.a.							
							SM	SM	n.a.	31/12/2024			n.a.							
							SM	SM	n.a.	31/12/2024			n.a.							
							SM	SM	n.a.	31/12/2024			n.a.							
Riscos transversais ao Mapa do Processo	Excesso de solicitações não programadas ou urgentes		Faltas de recursos para a preparação das respostas em tempo útil	RG	Crítico	Priorização das respostas aos pedidos de informação para os colaboradores com partes interessadas	SM	SM	n.a.	31/12/2024	SM	n.a.	SM	O planeamento continuo para assegurar a implementação das respostas às solicitações	2	2	Eventos			
							SM	SM	n.a.	31/12/2024	SM	n.a.								

PROCESSO: HP.08 - Gestão Financeira e Orçamental

MONITORIZAÇÃO DA MATRIZ DE RISCO

REAVALIÇÃO

ATIVIDADE	CAUSAS	RISCO	CONSEQUÊNCIAS	TIPO DE RISCO	NÍVEL DE RISCO	MEIDAS DE TRATAMENTO	Realizado e implementado	Atividade em risco?	Justificação para a não implementação.	Data da próxima data de implementação	Ocorrência do risco?	Proposta de criação / alteração das atividades de tratamento	Reavaliar o nível do risco?	Justificação	Probabilidade e de ocorrência	Data de inspeção	Novo nível do risco
Riscos transferidos a Múltiplos Processos	Excesso de recursos humanos	excesso de solicitações de programas urgentes	Faltas no decorrer das atividades	RG	Elevado	Priorização da resposta aos pedidos NC	NÃO	NÃO	A área financeira funciona com prazos pré-definidos que têm de ser cumpridos, devendo pouca margem para que se possa responder no prazo desejado. As solicitações são programadas e encaminhadas para os departamentos envolvidos.	31/12/2024			NÃO				
	ausência de planejamento		Negociar a extensão dos prazos estabelecidos com as partes interessadas NC														

